



Ata da 149ª Sessão Ordinária Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis

Informações Preliminares

27 de março do ano de 2018

149ª Reunião do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis

Caráter Ordinário

Auditório do Centro de Saúde Trindade

Rua Odilon Fernandes com a Av. Prof. Henrique da Silva Fontes, Florianópolis - SC

Conselheiros Presentes

Entidades Populares

1. Edson Estanislau K. Souza, Conselho Comunitário da Tapera
2. Carmen Mary de Souza Souto, Centro Comunitário Pantanal
3. Janaina Conceição Deitos, Federação Catarinense de Mulheres
Cecília Lima; Federação Catarinense de Mulheres (suplente)
4. Aparecida Eli Coelho, Conselho Comunitário dos Loteamentos Jardim Anchieta
5. Irma Manuela Martins, Instituto Arco Iris
6. Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias
Darcy Evangelista Zamora, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (suplente)

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores

7. Francisco Teixeira Nobre, Ass. dos Funcionários Aposentados e Pensionistas Banco do Brasil

Entidades Não Governamentais que Atuam com Portadores de Patologias Crônicas

8. Maria Conceição Machado Santos, Associação Brasileira de Portadores de Câncer

Entidades Sindicais Das Associações Patronais

9. Valdete Cardoso Lobo, Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de Florianópolis

Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de Saúde

10. Vanessa de Souza, Sindicato dos Médicos de Santa Catarina
11. Donavan Bacilieri Soares, Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina (suplente)

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores em Saúde no Serviço Público

12. Wallace Fernando Cordeiro, Sindicato dos Trabalhadores na Saúde de Florianópolis

Governo Municipal

13. Daniela Baumgart de Liz Calderon, Secretaria Municipal de Saúde (suplente)
14. Milena Gabriela Campagnolo, Secretaria Municipal de Assistência Social (suplente)
15. João Henrique Quissak Pereira, Secretaria Municipal de Infraestrutura

Instituições de Ensino Superior

16. Douglas Francisco Kowaleski, Universidade Federal de Santa Catarina

Conselheiros Ausentes

Presidente

17. Carlos Alberto Justo da Silva, Secretário Municipal de Saúde¹.

¹ Ausência justificada.

Entidades Populares

18. Pastoral da Pessoa Idosa Arquidiocese de Florianópolis

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores:

19. Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social da Grande Florianópolis

20. Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal de Santa Catarina

21. Ordem dos Advogados do Brasil

Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de Saúde

22. Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Santa Catarina

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores em Saúde no Serviço Público

23. Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal de Santa Catarina

Prestadores de Serviço

24. Associação de Hospitais do Estado de Santa Catarina

25. Sindicato dos Lab. de Análises Clínicas, Patologia Clínica e Anátomo-Citopatologia do Estado de SC²

Governo Municipal

26. Secretaria Municipal de Educação

Governo Estadual

27. Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina

Participantes

Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde

1. Gerusa Machado, Secretária Executiva

2. Werner Franco, Assistente Administrativo

3. Mauri Antonio da Silva, Estagiário de Serviço Social

4. Mayara Manes, Estagiária de Serviço Social

Conselhos Locais de Saúde

5. Adélio Jose da Costa, CLS Canasvieiras

6. Aneli Remus Gregório, CLS Saco Grande

7. Anilton Graciliano Bardaço, CLS Campeche

8. Bernardo Benomino da Silva, CLS Trindade

9. Cecília Alves de Lima, CLS Centro

10. Daiane Teixeira de Souza, CLS Trindade

11. Joaquim Aurino Aguiar, CLS Alto Ribeirão

12. Karin Giovanella, CLS Costeira do Pirajubá

13. Lea Maria Vieram, CLS Centro

14. Leani Budke, CLS Ratoles

15. Natalia Hercília Agostinho Bousfield, CLS Barra da Lagoa

16. Valter Euclides Chagas, CLS Rio Tavares

17. Zeli Sabino Delfino, CLS Jurerê

Instituições, Entidades e Lideranças Comunitárias

18. Maria Clara Krause, da Associação Brasileira de Leucemia

19. Karina Martins, Residência de Assistência Social da UFSC

20. Thaise Alana Goronzi, DIA/SMS

21. Daniela Roni Professor da Unisul

22. Julia Maria de Souza, Enfermeira da SMS

23. Márcio José Pereira Souza, Presidente do Movimento Com Saúde Não Se Brinca

24. Elcio Malagoli

25. Ramona de Moraes, Coordenadora CS Trindade

² Ausência justificada

Desenvolvimento dos Trabalhos

A Secretária Executiva justificando a ausência do Secretário de Saúde por motivo de viagem a trabalho em Brasília, passando-se a presidência da sessão para o vice-presidente Marcos Pinar que deu início a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis com a leitura da pauta.

Pauta

1. Aprovação da ata de nº 148, de 19 de dezembro de 2017;
2. Informes da Câmara Técnica;
3. Informes dos Conselhos Locais de Saúde;
4. Apresentação da Programação Anual em Saúde (PAS) 2018 e PAS 2019;
5. Apresentação do tema “Voluntariado” pelo Coletivo Catarinense de Residentes;
6. Apresentação do tema: Água, preservação e sustentabilidade;
7. Informes Gerais; e
8. Sugestão de Pontos de Pauta para a próxima Reunião de nº. 150, de 24 abril de 2018.
9. Aprovação da ata de nº 148, de 27 de fevereiro de 2018

1. Aprovação da ata de nº 148, de 19 de dezembro de 2017;

1.1. Gerusa Machado

Devido a problemas técnicos com a gravação da reunião, a secretaria executiva pede para adiar a aprovação da ata n. 148 para a próxima reunião ordinária do CMS e acrescenta um pedido de apoio aos conselheiros para complementar a ata.

2. Informes dos Conselhos Locais de Saúde

2.1. Natalia Hercília Agostinho Bousfield³

Pede a atenção do CMS e da SMS para a falta de profissionais, estão com apenas um médico, é preciso aumentar o número de médicos e contratar mais dois assistentes administrativos. Está faltando muita coisa, a lista é grande. Falta um técnico de enfermagem, um enfermeiro, um dentista, um auxiliar de saúde bucal, um médico, um psicólogo, um farmacêutico, medicamentos em falta, uma equipe completa de saúde da família, além da ampliação do horário de atendimento.

2.2. Karin Giovanella⁴

Reclama da insalubridade nos ônibus coletivos. Agora que está chegando o inverno os ônibus estão fechados, e superlotados, e dizem que vão retirar algumas linhas, piorando ainda mais o atendimento. Segundo ela isso também é uma questão de saúde pública.

2.3. Joaquim Aurino Aguiar⁵

Manifesta-se dizendo que está entregando dois ofícios do CLS. No primeiro o Conselho se manifesta contrário as Organizações Sociais, mais especificamente em relação ao PL Creche e Saúde Já que o Prefeito da cidade enviou para a Câmara de Vereadores. E outro sobre a privatização das águas que o conselho local debateu com 500 alunos e a comunidade em relação a privatização da Casan e a preservação do aquífero Guarani, cuja consulta pública está no Senado Federal. A questão dos profissionais médicos que reduziram a carga horária de trabalho para 6 horas tem que ser melhor debatida pois a maioria deles não está cumprindo o horário, já que continuam fazendo pausa para almoçar por exemplo. Segundo ele outro problema importante é a marcação de consultas que obriga as pessoas a ficarem em filas na rua desde as 4 ou 5 horas da manhã e o posto só abre as 08h00. A SMS deveria achar uma metodologia para melhorar o acesso em toda a rede. Seu Joaquim passa o telefone do Rodrigo, (96534201) do Movimento dos Atingidos de Barragem – MAB, que está realizando debates nas escolas e comunidades sobre a luta em defesa da água como bem público, para aqueles CLS interessados em abordar este tema. Pede providências, pois até o momento não foi colocada nenhuma placa situando o CS Alto Ribeirão.

³ Conselheira Local de Saúde, CLS Barra da Lagoa.

⁴ Conselheira Local de Saúde, CLS da Costeira do Pirajubaé.

⁵ Conselheiro Local de Saúde, CLS Alto Ribeirão.

2.4. Gerusa Machado

Relata que iniciará os trâmites formais para depois dar resposta ao CLS.

2.5. Aneli Remus Gregório⁶

Informa que fará eleições em 14 de abril de 2018. Destaca a falta de dentista na Unidade e pede uma resposta da SMS breve, pois já se está pensando em fazer denúncia à imprensa, por isso está formalizando esta demanda na reunião do CMS. Entrega ofício solicitando mais uma dentista. “A comunidade é carente e precisa urgente de dentista. A unidade tem só uma equipe de saúde bucal e três equipes de saúde da família”. Chama Elcio Malagoli que está entregando uma representação ao Ministério Público Federal (MPF), e vem fazer uma denúncia no CMS, sobre a questão dos exames.

2.6. Elcio Malagoli⁷

Diz que tenta tratamento de saúde pelo SUS e fez os exames solicitados pelos médicos. “Ocorre que depois de receber o resultado dos exames deveria entregar ao médico, mas devido à demora na consulta, o exame ficou defasado, gerando novos pedidos de exames, entrando-se num círculo vicioso, assim geram-se gastos que poderiam ter sido aplicados na contratação de mais médicos. O sistema está mal planejado, isso para não afirmar que alguém está levando vantagem financeira com a repetição dos exames”. Solicita que o MPF investigue a questão para melhoria do sistema de saúde público. Segundo ele o dinheiro está sendo jogado fora. O MPF está investigando, vai pedir relatório das consultas. “Tenho cópia para entregar ao Secretário de Saúde. Estou esperando o parecer do procurador e vou levar a mídia, ao Mário Mota”.

2.7. Gerusa Machado

Diz que vai repassar ao Secretário a situação e cópia do ofício.

2.8. Anilton Graciliano Bardanço⁸

Diz que valeu a pena o esforço e a luta para a inauguração do Centro de Saúde do Campeche, realizada na segunda-feira, dia 26. Agradece a Gerusa, ao Secretário Paraná e ao Adjunto Sandro, e ao prefeito também que além da entrega da obra a comunidade também informou que a unidade permanecerá aberta das 7:00 as 19:00hs. “Na inauguração o prefeito prometeu mais uma equipe de saúde da família para o posto”. “Temos que ser unidos, dar as mãos um para o outro, com luta e com garra vamos vencer”. Acrescenta que passou 4 meses dando guarda no posto de saúde e enfrentou muitos problemas, com muitos vândalos tentando depredar e pichar novamente o prédio e foi preciso ajuda policial. Segundo ele, foi inclusive roubado o adubo que seria colocado no jardim. Atualmente a comunidade fez abaixo-assinado com mais de 5000 assinaturas para melhoria dos transportes públicos no bairro e com levantamento de pontos de ônibus faltantes que foi entregue a prefeitura. Aproveita ainda para parabenizar todos que contribuíram para que a nova unidade ficasse tão linda.

2.9. Gerusa Machado

Dá parabéns ao CLS Campeche pela nova unidade e acrescenta que o próximo será o CS Pantanal.

2.10. Valdete Cardoso Lobo⁹

Pergunta sobre a situação do posto de saúde no centro da cidade, no espaço da Avenida Rio Branco.

2.11. Gerusa Machado

Lembra que já foi passado pelo Secretário de Saúde ao Conselho que o local não tinha condições adequadas para receber o Posto de Saúde, ou seja, não cumpria os requisitos técnicos necessários pela Vigilância Sanitária, mas pode receber outros serviços, como a farmácia para realização da dispensação de medicamentos. O CLS solicitou uma audiência com o Secretário, mas não foi possível marcar ainda por problemas de agenda.

⁶ Conselheira Local de Saúde, CLS Saco Grande.

⁷ Liderança comunitária, Comunidade do Saco dos Limões.

⁸ Conselheiro Local de Saúde, CLS Campeche.

⁹ Conselheira Municipal de Saúde, representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de Florianópolis.

2.12. Daniela Baumgart de Liz Calderon¹⁰

Acrescenta ainda que foram cedidos apenas dois andares do prédio, não todo. Para ter o alvará é necessária uma adequação do prédio inteiro.

2.13. Valdete Cardoso Lobo

Diz que a DIVE (Diretoria de Vigilância Epidemiológica do Estado), reformou o primeiro andar do prédio e ocupou o espaço enquanto para o posto de saúde dizem que a área é insalubre. O INSS funcionou lá por muitos anos e nesse tempo nunca foi insalubre.

2.14. Marcos Cesar Pinar

Diz que houve parecer da Vigilância Sanitária que vetou a construção da unidade de saúde naquele espaço que deve ser apresentado ao CMS em sua próxima reunião. A proposta foi aprovada e na próxima reunião se aguarda o parecer da Vigilância Sanitária.

2.15. Carmen Mary de Souza Souto¹¹

Agradece ao SAMU pelo pronto atendimento a uma gestante do bairro, e agradece o grupo de cantorias do Pantanal – composto por funcionários da unidade e membros da comunidade - que faz visita domiciliar a idosos e crianças acamados para levar ânimo e alegria. Ela acrescenta ainda que muitas reclamações da população não têm sido atendidas e a população tem ficado na chuva e no frio durante o inverno por não ter proteção e não teve solução nem no passado e nem agora. Reclama das chuvas e do problema das águas fluviais no bairro bem como do lixo colocado nas vias públicas e que é espalhado pelos animais que por ali circulam. Diz que está acompanhando quinzenalmente a obra que está prometida para junho, mas que está muito devagar e lê ofício encaminhado ao Secretário Municipal de Saúde sobre a falta de espaço para estacionamento no local, preferencialmente aos fundos do novo posto de saúde, e pede que se solicite a Eletrosul para que os funcionários possam estacionar no espaço da Eletrosul, atrás do centro de saúde, e seja feito um estacionamento na frente para os usuários.

2.16. Leani Budke¹²

Reforça o que foi falado pela primeira intervenção, pois na sua unidade tem só uma equipe de atendimento e faltam funcionários, com agente de saúde fazendo trabalho administrativo, estão com apenas um médico. Havia um residente que trocou de posto e um enfermeiro residente que está saindo, deixando a unidade ainda mais defasada pela falta de profissionais. Pede esclarecimento sobre os critérios para a mudança de residente entre as unidades e especificamente sobre o caso do CS Ratoles. Segundo a coordenadora o médico atual é excelente profissional, mas está cursando o mestrado e falta um dia na semana. Tem usuários ligando direto para a ouvidoria reclamando. Temos que fazer uma pressão maior para que tenha contratação. O médico mudou o acolhimento para que as pessoas não tenham que vir na madrugada, mas tem que melhorar o acolhimento da área odontológica.

2.17. Aparecida Eli Coelho¹³

Informa que em sua unidade o atendimento está sendo ampliado para 12 horas sem fechar para almoço., numa tentativa de garantir o acesso do usuário. Acrescenta que após muitos anos atendendo nesta unidade o Dr. Gelson médico de família, está saindo da unidade, que ficará somente com um profissional médico, e 1 dentista para mil moradores. Conclama o Conselho a tomar providência, fechar a rua de novo, ir para o Centro, pois é preciso chamar a atenção do prefeito para conseguir uma reunião com ele.

2.18. Gerusa Machado

Acrescenta que o CS Capoeiras está implantando o conselho local no bairro. No entanto, membros da comunidade fizeram contato para pedir as devidas providências para garantir o atendimento médico daquela população, no período de férias de sua única médica de família de três equipes de Saúde da

¹⁰ Conselheira Municipal de Saúde, representante da Secretaria Municipal de Saúde.

¹¹ Conselheira Municipal de Saúde, representante do Conselho Comunitário do Pantanal e Conselheira Local de Saúde do CLS Pantanal.

¹² Conselheira Local de Saúde, CLS Ratoles.

¹³ Conselheira Municipal de Saúde, representante do Conselho Comunitário dos Loteamentos Jardim Anchieta e Conselheira Local de Saúde, CLS Córrego Grande.

Família nessa unidade somente uma possui o profissional da medicina. Ainda com a palavra, secretária informa que a Semana de Saúde se realizará de 2 a 8 de abril e que algumas atividades serão feitas em todo o Brasil, a partir do chamamento do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Está sendo passado um Abaixo Assinado contra o congelamento nos investimentos em saúde em todo o país. "Estamos coletando assinatura durante a reunião e temos algumas folhas impressas para o pessoal levar para as suas comunidades e nos devolver até o dia 2 de abril na secretaria executiva para ser enviada a Brasília". Por conta ainda da Semana da Saúde, o CMS realizará o Encontro de Conselheiros de Saúde na sexta feira dia 06 de abril e não na última sexta feira, como de costume, com uma roda de conversa cuja pauta é "Caminhos da Saúde em Florianópolis". E no dia 17 de abril haverá um Seminário com o mesmo tema no auditório do CSE da UFSC.

2.19. Carmen Mary de Souza Souto

Diz que tem que sair um documento da reunião solicitando o equacionamento das demandas e que se abra um concurso se não tiver outras possibilidades.

2.20. Adélio Jose da Costa¹⁴

Diz que a uma semana divulgou que estão precisando de um médico que se aposentou e de uma enfermeira que entrará em licença não remunerada. Existe falta de pessoal, vacância e o prefeito diz que está impedido pela LRF. É preciso estudar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pois, todas as justificativas para a não contratação esbarra nela. "Temos que ampliar o número de equipes de saúde de família, isso é um caso urgente para batalharmos".

2.21. Darcy Evangelista Zamora¹⁵

Relembra que na época do Secretário João Cândido foi feito um levantamento completo da falta de pessoal em todas as unidades. "O ponto crítico é no todo, mas tem unidade que é mais crítica, queremos saber o que é preciso para repor os servidores que estão faltando". Reclama da falta de comunicação ao CMS sobre as atividades e inaugurações com antecedência para que possam se programar para participar. A maioria dos conselheiros fica sabendo das inaugurações pelos jornais.

2.22. Zeli Sabino Delfino¹⁶

Diz que em sua unidade falta pessoal administrativo e técnicos de enfermagem. A preocupação de todos é que abril é mês de vacinação e como vai ser atendida essa demanda. Ela questiona como está a licitação dos medicamentos, pois a falta é gigante na Rede.

2.23. Valter Euclides Chagas¹⁷

Informa que houve reunião do CLS para resolver a situação entre a coordenação da unidade com o conselho e que a partir de então os problemas foram equacionados. Agradece ao Secretário Paraná e a Secretária Executiva Gersa que representou o CMS pela presença na reunião.

2.24. Donavan Bacilieri Soares¹⁸

Destaca que o maior avanço do SUS foi o trabalho em equipe. Diz que há problemas com a redução dos médicos e dentistas. "Na última reunião foi falado que a cobertura das ESFs caiu de 100% para 90% e a cobertura de dentistas na rede caiu para 32%. É preciso detalhar quais as categorias que faltam mais. Este diagnóstico é fundamental para pensarmos a Rede de Atenção à Saúde de Florianópolis."

2.25. Marcos Cesar Pinar¹⁹

Acolhe a fala dos conselheiros locais sobre a falta de profissionais na Rede concluindo que é preciso pautar essa questão em abril, na próxima reunião do pleno para que a Secretaria de Saúde apresente um levantamento global detalhado das carências e um plano de reposição, e que os conselhos locais também venham para essa reunião com o levantamento de suas unidades de saúde. Acrescenta que "Há cinco anos

¹⁴ Conselheiro Local de Saúde, CLS Canasvieiras.

¹⁵ Conselheiro Municipal de Saúde, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.

¹⁶ Conselheira Local de Saúde, CLS Jurerê.

¹⁷ Conselheiro Local de Saúde, CLS Rio Tavares.

¹⁸ Conselheiro Municipal de Saúde, representante do Conselho Regional de Odontologia.

¹⁹ Conselheiro Municipal de Saúde, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias, Presidente CMS em Exercício.

o nosso orçamento era de 22%, nós lutamos para manter o nosso orçamento, hoje o nosso orçamento é 17,8 porque esse conselho berrou, senão ia ser 15%, então o primeiro passo do prefeito é aumentar o orçamento para ter um bom atendimento na saúde, e que não precarize para ter desculpas para não atender publicamente, é preciso discutir o orçamento de novo com o prefeito”.

2.26. Janaina Conceição Deitos²⁰

Reforça a necessidade de audiência com a prefeitura para exigir concurso público que não se realiza desde 2014. A Plenária do Conselho aprova envio de ofício que será redigido pela 1ª secretária Janaina Conceição Deitos para ser encaminhado ao Prefeito acerca desse tema e para o Secretário de Saúde.

3. Informes da Câmara Técnica.

3.1. Gerusa Machado

Informa que houve reunião da Câmara Técnica para apreciar a PAS 2018 e 2019 e a Proposta de LDO 2019. Lê integralmente, em seguida, o parecer 001/2018 da CT, de 20 de março, que tratou do tema: **Programação Anual de Saúde 2018 e 2019 e a proposta orçamentária para orientação da LDO 2019** (ANEXO I), destacando-se a aprovação das programações anuais de saúde de 2018 e 2019, e, ressaltando-se a necessidade de adequar a proposta orçamentária para orientação da LDO 2019, considerando a necessidade de reposição de exonerações, aposentadorias e reduções de carga horária de trabalhadores.

3.2. Wallace Fernando Cordeiro²¹

Diz que a apresentação foi detalhada, bem produtiva, e ficou gritante por se tratar da Programação referente a 2 anos. Informa que o valor que contemplava o RH era apenas a manutenção do quadro atual existente com um crescimento vegetativo e foi questionado sobre o efetivo faltante. O parecer foi feito visualizando a necessidade de orçamento para a execução da programação relativa à reposição de recursos humanos, especialmente tendo em vista “a abertura da UPA Continente”.

3.3. Vanessa Andrea de Souza Baule²²

Diz que “na verdade a PAS considerava a adequação das equipes de saúde da família, mas não tinha o correspondente na parte financeira. Foi solicitado que a previsão orçamentária fosse readequada pelo Luciano, pois sem orçamento não se vai adequar o RH, “houve perda de 130 médicos de 2015 para cá e aproximadamente mais de 200 funcionários no total e a maior perda foi em número de profissionais e não em redução de carga horária”. Dessa forma a conselheira reforça a necessidade da apresentação pelo setor de RH da situação real do quadro de funcionários da SMS e da Diretoria da Atenção à Saúde dos profissionais que faltam para voltarmos a ter a cobertura de saúde da família em 100%.

3.4. Gerusa Machado

Informa que está precisando de nomes para compor a Câmara Técnica e a Comissão de Acompanhamento de Orçamento e Finanças (CAOF). Os conselheiros **Douglas Francisco Kowaleski, Vanessa Andrea de Souza Baule e Janaina Conceição Deitos** e colocam o nome a disposição para compor a Câmara Técnica (CT) e o conselheiro **Francisco Teixeira Nobre**, se coloca a disposição para participar da CAOF, respectivamente, aprovados pela plenária do CMS. Como ficou faltando o estudo de adequação orçamentária para contratação de recursos humanos para completar as Equipes de Saúde da Família, conforme combinado e solicitado ao técnico da SMS Luciano Elias, adiou-se a votação do parecer No. 001/2018/CMS/SMS referente a PAS e a proposta orçamentária da SMS 2019 para. uma reunião extraordinária a ser realizada no dia 03 de abril de 2018, terça-feira, na sede da SMS, com a seguinte pauta: Apresentação da Proposta Orçamentária da SMS para 2019.

4. Apresentação da Programação Anual em Saúde 2018 e 2019.

4.1. Daniela Baumgart de Liz Calderon

Inicia dizendo que não foi possível estar presente na reunião da Câmara Técnica - CT, mas que as discussões repassadas a ela por Nicole e Edenice, e que alguns conselheiros que participaram estão presentes, Wallace

²⁰ Conselheira Municipal de Saúde, representante da Federação Catarinense de Mulheres, 1ª Secretária do CMS.

²¹ Conselheiro Municipal de Saúde, representante do Sindicato dos Trabalhadores na Saúde de Florianópolis.

²² Conselheira Municipal de Saúde, representante do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina.

e Vanessa, que poderão contribuir com a discussão. Todas as diretorias foram acionadas para que as áreas técnicas participassem da reunião e alguns questionamentos da CT já foram encaminhados como temas para futuras reuniões do CMS. Aconteceu algum problema com Luciano por isso ele não está presente, mas ele fez todos os ajustes necessários segundo solicitação dos conselheiros. Segue esclarecendo que a densidade do conteúdo da apresentação se deve ao fato de se tratar do planejamento para os anos de 2018 e 2019. Ela explica que esta junção se faz necessária para alinhar orçamento e planejamento do respectivo ano. Da forma como vinha sendo feito seria apresentada Programação de 2018 e a proposta orçamentária para 2019. Para aprimorar este processo então foram elaboradas as duas Programações referentes a 2018 e 2019 e a proposta orçamentária 2019. Dessa forma a partir de agora tanto a Programação Anual de saúde e proposta orçamentária corresponderão ao mesmo período. Daniele lembra que a Resolução de aprovação do Conselho deve acontecer até 31 de março e ser encaminhada a Câmara de Vereadores até meados de abril. A programação é realizada em consonância com as diretrizes do Plano Municipal de Saúde 2018-2021, aprovado ao final do ano passado pelos conselheiros municipais de saúde. Nesta data o Poder Executivo encaminhará para o Poder Legislativo a proposta da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2019. Reitera que esta é uma peculiaridade deste ano e no próximo planejamento será apenas um ano de cada vez. (DOC. ANEXO II). Após a apresentação passou-se a discussão do tema.

4.2. Vanessa Andrea de Souza Baule

Traz a informação correta, com referencia a prestação de contas do ultimo quadrimestre houve redução de 166 servidores, dos quais 70 médicos, entre exonerações e aposentadorias, de acordo com a fonte do Sistema Joaquina, entre as discussões havidas na Câmara Técnica, destaca a necessidade de apresentação da situação do CEREST na negociação com o Estado e que o atendimento pré-clínico (Alô Doutor) que está em estudo, passe pela apreciação do conselho, que é muito maduro e propositivo, antes de se tomar a decisão sobre a sua implementação e sobre a fiscalização da qualidade da água seriam vistos 100% mas vistoriados apenas 80%. Ficamos em dúvida sobre esta situação da fiscalização da vigilância sanitária.

4.3. Irma Manuela Paso Martins²³

Pergunta se existe alguma ação programada para ações de prevenção a dependência química de álcool e drogas.

4.4. Daniela Baumgart de Liz Calderon

Afirma que está previsto a abertura do CAPS III e a área técnica está trabalhando na melhoria da oferta deste tipo de ação nas unidades existentes. Esse é um desafio muito grande, mesmo não aparecendo como previsto nas ações programadas apresentadas, a área técnica geralmente continua produzindo atividades em paralelo. Vocês podem ter sentido falta ou achar que deveria conter nesta programação alguma ação específica de determinada área por isso é bom ter em mente que muitas vezes as áreas técnicas estão realizando ações para aprimoramento desses processos. Nos anos seguintes pode haver desdobramento com relação à dependência química, de álcool e drogas.

4.5. Zeli Sabino Delfino

Pergunta se esses CAPS estão previstos para atender em horário comercial ou ele vai além disso? O que a Saúde tá pensando para acontecer um CAPS III?.

4.6. Daniela Baumgart de Liz Calderon

Diz que “já temos dois CAPS AD, funcionando das 07 horas às 19 horas, e o CAPS III está previsto para inauguração conforme está no plano”.

4.7. Donovan Bacilieri Soares²⁴

Manifesta preocupação com as UPAs. “A reestruturação do atendimento já está acontecendo e esta mudança teria que ser discutida no CMS, quanto custa realmente a UPA, quantos profissionais precisam na UPA, carga horária, mas a falta de efetivo é de forma geral e ainda tem uma cobertura de 90% com equipe completa, mas de dentista não chega de 30 a 40%. A orientação federal é de ter um dentista e um médico e

²³ Conselheira Municipal de Saúde, representante do Instituto Arco Iris.

²⁴ Conselheiro Municipal de Saúde, representante do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina.

isto não está sendo obedecido na composição das Equipes de Saúde da Família (ESF). Queria saber isso porque ficou sabendo que as OSs estão em cima, houve boatos de que já chegou à mesa do Prefeito e ele negou mas o processo continua. A mudança da odontologia na UPA, com redução da carga horária, é do conhecimento de toda a rede, menos dos trabalhadores da área. Ele quer saber se essa mudança seria feita sem a prévia apreciação do Conselho Municipal de Saúde. Ele acrescenta ainda que acredita que está valendo o que foi dito pelo Presidente do CMS, Secretario Paraná de que assim que os estudos fossem concluídos virão para a apreciação da plenária e somente depois irá para as outras instâncias. Em maio vai ter uma reforma da UPA Norte, onde muitos serão deslocados, por isso esta situação tem que ser discutida já, sem mais demora”.

4.8. Pâmela Conselheira do CLS Rio Vermelho

Pergunta o que é o carteirômetro e qual a diferença do papel da UPA Continente em relação às outras.

4.9. Márcio José Pereira Souza²⁵

Pergunta o que há nos planos apresentados em relação à saúde da população negra. Diz que é demanda nacionalmente colocada com protocolos nacionais e o município deveria ter proposições com relação à população negra na saúde.

4.10. Uma Residente de Farmácia

Pergunta sobre a ampliação de duas farmácias de referência e a descentralização da distribuição de medicamentos retrovirais, pois o prefeito já disse que não vão contratar farmacêuticos e existe um déficit de 15 farmacêuticos na atenção básica e na referencia no que já está implementado e com a reestruturação do NASF, eles vão ser deslocados em uma parte da carga horária também para cobrir as farmácias das policlínicas, então tem farmacêutico que cobre 7 centros de saúde e ainda tem que ir para a policlínica e agora tem proposição de aumento das farmácias sem contratação de pessoal. “Então, o que vocês estão planejando para os trabalhadores, porque já tem muita gente adoecendo pelas condições de trabalho que são bem precárias”.

4.11. Thaise Alana Goronzi²⁶

Responde que “carteirômetro é utilizado para medir a qualificação e os indicadores de assistência a partir da carteira de serviços do NASF, que está passando por uma reestruturação discutida com todas as categorias profissionais, vendo carga horária e dimensionamento do processo de trabalho, dentro da realidade e da perspectiva do que é ideal. O carteirômetro é posterior à implantação da carteira de serviços. A farmácia poderia ser respondida melhor pela Ana, mas sabe que foi feita uma proposta em conjunto que foi passada para todos os profissionais e, nesse momento, esta proposta está no CRF (Conselho Regional de Farmácia) para análise e devolutiva a SMS, por enquanto a discussão da categoria está parada aguardando o retorno da CRF, não dá para saber de que forma vai ficar o dimensionamento, se vai haver reposição, está parado. O atendimento pré-clínico, ou Alô Doutor, está num momento de escrita e a proposta é fazer uma construção de protocolos de atendimento pré-clínico, 24 horas por dia, 7 dias da semana, com retaguarda de médicos e enfermeiros e utilização de aplicativos. Está em processo de construção, não finalizada ainda. O que foi visto é o custo a ser implantado com profissionais da rede ou com uma empresa a ser contratada para fazer esse processo. Portugal quando implantou o atendimento 24 horas gastou 15 reais por pessoa. Em Florianópolis contratando uma empresa o custo seria 1 real e 30 centavos ao ano, numa perspectiva de atenção a toda a população ativa no município. Se fosse contratar profissional para fazer este serviço seria superior aos 15 reais de Portugal. Seriam atendidas duzentos e oitenta mil pessoas aproximadamente. Está em processo de construção ainda, sem nada de definido, só conversas de viabilidade para iniciar como piloto e depois expandir para toda a rede, mas junto com ele tem que discutir melhoria de acesso e ampliação das equipes da rede”.

4.12. Júlia Maria de Souza²⁷

Informa que trocou mensagem com Dr. Nulvio e este lhe passou que não mudou nada até o momento em relação a odontologia nas UPAS, nada fechado de reestruturação, no final do ano passado foi feita uma

²⁵ Presidente do Movimento Com Saúde Não Se Brinca.

²⁶ Enfermeira do Departamento de Integração Assistencial – DIA/SMS.

²⁷ Técnica Diretoria de Atenção à Saúde – DAS/SMS

reunião com o secretário com a Câmara Técnica e não tem nada fechado em relação ao trabalho dos dentistas nas UPAS. Em relação a UPA Continente é diferente porque está na região continental, na fronteira com outros municípios. Tem que definir quais os atendimentos que serão realizados na UPA Continente, porque na região, muito próximo a UPA, tem o Hospital Florianópolis, e o que se quer é evitar duplicação de atendimentos na mesma área ou que sejam realizados atendimentos necessários e que no momento não estão sendo realizada nesses dois equipamentos. A ideia é discutir com o Estado para definir o tipo de atendimentos que serão realizados na UPA Continente na Rede de Urgência e Emergência. Em relação à saúde da população negra responde que nesse planejamento não há ações previstas para este seguimento, mas para a população como um todo.

4.13. Márcio José Pereira Souza

Diz que “há especificidades com protocolos nacionais que definem responsabilidade para Estado e Município. Tem médico que sai da faculdade sem saber que tem doenças que tem determinantes específicos na população negra”. No passado foi desenvolvido ações no Estado e no Município para desenvolver essas políticas. Se não há, isso demonstra um retrocesso. “Quero demarcar essa reivindicação, e se hoje não foi lembrado, me assusta profundamente a ideia do esquecimento. Registro a necessidade de um posicionamento oficial da SMS sobre isso”.

4.14. Júlia Maria de Souza

Diz que vai levar essa reivindicação para a área técnica.

4.15. Márcio José Pereira Souza

Diz que é para a área técnica e a área política.

4.16. Carla Costa Ribeiro²⁸

Diz que há um problema de saúde na saúde e questiona o que está sendo feito sobre o adoecimento dos servidores da saúde. “Não adianta só pensar em mais funcionários, se os que estão lá estão adoecendo”.

4.17. Leonardo Diretor Da Vigilância Em Saúde

Diz que o que foi colocado por Carla não diz respeito a sua área, mas, “está sendo feito uma forma de trabalho em saúde do trabalhador junto com a Secretaria de Administração, com o secretário Ewerson, mas a profundidade disso realmente só o Secretário, o professor Paraná, poderia mencionar”. Em relação à água pode dizer que sua equipe tem como meta cadastrar e monitorar 100% da água do município até 2019 e inspecionar 80%. Inspeccionar é fazer a avaliação deste monitoramento. “Hoje temos como meta fazer 70% disso e cadastrar 80%. Este sistema de abastecimento de água na cidade tem dificuldades de monitoramento. Quando mensuramos que atingimos 100% é daquilo que nós temos. Nossa meta é reduzir aqueles pontos que não tem tratamento. Sobre a questão do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (CEREST), houve três reuniões no final do ano junto ao Estado, discutindo a situação do CEREST, a composição do CEREST. A posição do Estado mudou muito de posição várias vezes. Na primeira reunião comigo colocou como única forma o descredenciamento. Na última reunião o Estado se posicionou interessado em uma alternativa com a presença do CEREST nacional se demarcou que a equipe pode ser flexibilizada, porque em vários CERESTs no Brasil não atinge o mínimo da portaria nacional, mas fazem o trabalho de saúde do trabalhador. A dificuldade hoje é o RH. Hoje a nossa propensão é fazer a reestruturação da saúde do trabalhador voltada para o município”. Hoje não temos condição de reestruturar o CEREST com as obrigações que a Portaria nos trás. Hoje temos apenas 1,5 pessoas, a ideia é fazer uma reestruturação com três pessoas, mas sabemos que vão continuar dizendo que não temos a equipe apontada pela Portaria para o CEREST. Realmente a situação é desconfortável, diante de um programa que foi pensado há uma década e nunca foi cumprido na sua integralidade e agora temos a responsabilidade de dizer se ele permanece ou não e no momento não temos a possibilidade de cumprir a Portaria e enfrentamos problemas com recursos humanos”.

²⁸ Estudante de Serviço Social UFSC

4.18. João Henrique Quissak Pereira

Diz que a sua diretoria faz o acompanhamento do contrato com a CASAN. Hoje no contrato com a CASAN e 100% do município tem que ser atendido e tem sistemas que concorrem com a CASAN, como sistemas irregulares em Jurerê, no Habitasul, até sistemas que ninguém conhece que atende duas a cinco famílias. de acordo como contrato hoje, isso tudo hoje teria que ser atendido pela CASAN, para regularizar os sistemas, teria que revisar o contrato.

4.19. Julia Maria de Souza²⁹

Da diretoria da Atenção Primária, responde sobre os medicamentos faltantes dizendo que nesse momento o pessoal da assistência farmacêutica informa que não tem muitos medicamentos faltantes. E o que falta é devido a problemas com empresas que apresentam dificuldades com matérias primas, tem alguns itens em licitação e alguns que estão chegando.

4.20. Conselheira Janaina Conceição Deitos

Pergunta a Daniela Baumgart de Liz Calderon sobre o encaminhamento a ser dado “por que tem duas programações anuais e a de 2018 já tem orçamento aprovado e como podemos aprovar a programação de 2019 se não sabemos quantos por cento temos para 2019 no orçamento e assim temos certa dificuldade para aprovação, até porque houve uma solicitação da Câmara Técnica para fazer a adequação orçamentária à necessidade de recursos humanos”.

4.21. Daniela Baumgart De Liz Calderon

De fato é importante o detalhamento do que se trata orçamentariamente para 2019 para que se faça a apreciação do tema.

4.22. Gerusa Machado

Lembra que desde que apresentou na Câmara Técnica Luciano pediu uma reunião extraordinária da CAOF com urgência porque é 13 de abril o prazo da LDO como foi comunicado pela conselheira Albertina.

4.23. Daniela Baumgart de Liz Calderon

Diz que “a princípio a agenda oficial para encaminhamento da LDO para a Câmara é 30 de março e no máximo se estende a 15 de abril”.

4.24. Marcos Cesar Pinar

Diz que a sugestão é fazer uma reunião extraordinária antes do prazo para que se possa aprovar essas matérias. “Os conselheiros têm disposição de aprovar, mas precisam dos números orçamentários e é preciso saber qual é essa reestruturação da UPA Continente, qual é o planejamento, “porque sabemos o boato das OSs, então queremos saber qual é o planejamento para abrir a UPA, ali está dizendo uma ideia e nós queremos saber qual é essa ideia”. “Quero reforçar a fala do Márcio de Souza referente à saúde da população negra porque nós estamos retrocedendo na questão, onde já havia sido aprovado em 2012 na CMS a constituição do Comitê de Saúde da População Negra, que foi implementado, depois foi fechado e não se tocou a política e a questão de problemas específicos de saúde da população negra discutimos o racismo institucional na saúde. O conselho tem que solicitar o retorno dessa política pública que já existiu. Na gestão anterior foram construídos vários postos de saúde, o do Pantanal e o do Campeche vieram daquela época. Uma pergunta: qual a obra nova que veio hoje para a saúde? Já veio até orçamento que não foi usado. Estou querendo recuperar o que já fomos”.

4.25. Douglas Francisco Kowaleski

Sugere que não seja na véspera do prazo.

4.26. Márcio José Pereira Souza

Coloca uma questão de ordem solicitando que seja previsto no orçamento investimento com a política de saúde da população Negra, alinhando a decisão acerca da reativação do Comitê de Saúde da População Negra e algumas ações para a área pois se não entrar agora só entrará no orçamento de 2020. Dessa forma

²⁹ Enfermeira da SMS

solicita que fique assegurado o ingresso da questão no processo atual. “Como presidente do Comitê Estadual de Populações Afrodescendentes vou agendar uma conversa com o prefeito e o secretário Paraná para que eles se posicionem de acordo com o que já está estabelecido nesta política nas outras esferas de governo”.

4.27. Janaina Conceição Deitos

Sugere que o CEPA encaminhe ao Conselho e ao Secretário documento dizendo que esteve na reunião do Conselho e verificou que na proposta de LDO para 2019 e na programação de saúde relativa a este período, não estava previsto nada para a saúde da população negra e que se possa alterar para 2019, em relação a LDO, esta inclusão, com apoio do Conselho, tendo em vista que a área técnica não tem nenhuma contradição com isso.

4.28. Marcos Cesar Pinar

Coloca em votação a proposição de apoiar uma audiência do CEPA com o Secretário para discussão da implementação do Comitê de Saúde da População Negra. Aprovado por unanimidade.

4.29. Daniela Baumgart De Liz Calderon

Informa que a LDO é encaminhada até o dia 15 de abril para a Câmara Municipal de Vereadores.

4.30. Marcos Cesar Pinar

Encaminha a votação de uma reunião extraordinária para o dia 03 de abril para apreciar a proposta orçamentária da SMS 2019, sendo aprovado por unanimidade pelo plenário. GERUSA vai confirmar se será no auditório do CS Trindade ou no auditório da Secretaria Municipal de Saúde e avisar a todos.

5. Apresentação do tema “Voluntariado” pelo Coletivo Catarinense de Residentes.

5.1. Marcos Cesar Pinar

Passa para os representantes do Coletivo Catarinense de Residentes apresentarem o tema voluntariado para discussão.

5.2. Pâmela Barreto Correa³⁰

Fala que a carta já foi apresentada e lida na reunião de novembro passado e a ideia é discutir o seu conteúdo, acompanhando o debate dos conselheiros.

5.3. Marcos Cesar Pinar

Solicita que eles leiam a carta e depois os conselheiros se manifestem.

5.4. Pâmela Barreto Correa

Disse que a carta foi produzida pelo Coletivo Catarinense de Residentes e foi lida na reunião do conselho e na Assembleia do SINTRASEM. A carta tece críticas ao projeto de voluntariado da prefeitura municipal apresentada no segundo semestre do ano passado pela primeira dama Cíntia Loureiro (DOC. ANEXO III). Critica a precarização do trabalho dos profissionais e a desprofissionalização das funções públicas, manifestando-se contra a campanha do voluntariado da prefeitura.

5.5. Donavan Bacilieri Soares

Diz que a carta está ótima e o CRO e a entidade que ele representa o SOLAR também apoia o manifesto. Segundo ele o voluntariado é colocado como uma forma de tapar buraco na rede.

5.6. Janaina Conceição Deitos

Comenta “Parece que a Aflov foi substituída por Somar, a diferença é que não se faz convênios com a Somar para contratar trabalhadores terceirizados”. A conselheira lembra que uma Lei Municipal veda o exercício do trabalho voluntário que substitua o trabalho de profissionais na rede pública municipal de Florianópolis. “O Conselho deve se manifestar endossando que o voluntariado até possa ser prestado, mas não com o caráter de substituir o trabalho profissional dos servidores públicos”, afirma Janaina Conceição Deitos.

5.7. Conselheira Carmen

³⁰ Residente de assistência social

Na Pastoral da Pessoa Idosa, tem normas a seguir, não é um trabalho técnico, é um trabalho de caridade, indo ao encontro do próximo. Voluntário na pastoral da pessoa idosa quando se faz caridade tem também um termo de compromisso que é assinado no dia da opção em fazer esse trabalho.

5.8. Francisco Teixeira Nobre³¹

Pergunta se o conselheiro Donavan tem uma proposta ao Conselho ou não, sobre a questão da falta e do baixo aproveitamento de profissionais odontólogos na rede.

5.9. Marcos Cesar Pinar

Concorda com Nobre mas acrescenta que a falta de profissionais na rede é geral, inclusive odontólogos e que isso poderá ser melhor avaliado na próxima reunião quando for apresentado a situação de RH nas unidades de saúde. Sobre este assunto já tem um encaminhamento de nota que a Janaina Conceição Deitos vai ajudar a redigir.

5.10. Residente Alessandra

Diz que o intuito da carta é de que a saúde é um direito da população e deve ser feita pela gestão municipal. O voluntariado existe desde sempre, não é isto que se discute. O que se discute é o voluntariado na saúde numa gestão que está precarizando as condições de trabalho dos profissionais de saúde convidados a trabalhar de forma voluntária. Hoje vários profissionais de saúde estão sendo chamados pelo site do programa de voluntariado – Rede Solidária Somar Floripa - para se cadastrar como voluntários, inclusive dentistas e nutricionistas. Em Porto Alegre já houve mobilização do Conselho Municipal de Saúde barrando a iniciativa idêntica do Prefeito de lá. O conselho não deve deixar acontecer isto. O que está se cadastrando são ONGs e pessoas para fazer o voluntariado. O que importa é que são postos de trabalho em que o município deveria estar prestando serviço a população. “A gente não quer voltar para o século passado. Todos nós temos sofrido com esse desmonte na saúde que o governo Temer vem fazendo. Nós sabemos que o nosso prefeito é do mesmo partido e segue essa agenda. Nós não queremos voltar para o século passado onde a saúde era direito de poucos e hoje é de todos. Esse conselho deve reafirmar o compromisso do SUS universal que nós temos”.

5.11. Carla Costa Ribeiro³²

Pergunta se o convite para o voluntariado estava sendo feito aos profissionais ou aos servidores. Em esclarecimento é respondido que está sendo direcionado aos dois. Neste caso, esta lei que foi citada pela conselheira Janaina Conceição Deitos embarga a segunda situação apenas. Nesse caso não é nem questão de serviço escravo, é remuneração zero.

5.12. Pâmela Barreto Correa

Afirma que “na ultima reunião, quando foi apresentada a carta, o secretário disse que estávamos falando inverdades quando nos referimos a evidente privatização do SUS em Florianópolis, por isso resolvemos trazer a realidade do último ano, aonde vimos iniciativas para o credenciamento de empresas de prestação de serviços médicos para atuar nas UPAS, a não contratação para reposição de profissionais na área de saúde com desculpas de ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal e o projeto Somar Floripa que estimula o voluntariado. “Contra fatos não há argumentos, pena que ele não está aqui hoje”. Diz que tem uma nota também do Sintrasm que traz uma novidade em relação a esse projeto também e que pede para ler. Pamela lê documento do Sindicato criticando o programa do voluntariado dizendo que o mesmo ganha a forma do “que eles mesmos querem”. A sede do Somar fica no mesmo edifício onde trabalha o prefeito e é chefiado pela esposa do prefeito, que também se coloca como voluntária e este voluntariado é apresentado como forma de salvação do serviço público, reforçando o primeiro-damismo. Gean usa o escudo do voluntariado para esconder seu projeto de privatização do serviço público O sindicato luta por investimentos e para que o dinheiro público seja investido no serviço público.

5.13. Wallace Fernando Cordeiro

³¹ Conselheiro Municipal de Saúde, representante da Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas Banco do Brasil

³² Estudante da UFSC

Faz breves considerações, diz que a Programação Anual em Saúde está perfeita, todas as demandas que os conselhos locais trouxeram estão sendo contempladas na apresentação da Programação, só que estamos sem dinheiro, só que quem traz dinheiro são os vereadores que estão na comunidade e se não tivermos uma ação dentro da nossa comunidade, esses caras vão botar a saúde num buraco bem fundo. Domingo teve três chapas concorrendo para a Associação de Moradores de Carianos, a chapa 1 desistiu, mas era vinculado ao Maykon Costa, vereador do bairro; e a chapa 2 era do Erádio e do Dalmo, a presidente da chapa 3 é a chefe de gabinete do Maykon Costa, e o presidente da chapa 2 é do gabinete do prefeito. Em resumo, como que uma pessoa comprometida com o Prefeito ou a Câmara de Vereadores vai defender que as empresas que trabalham no bairro façam calçadas, porque lá ninguém faz calçadas, lá tudo é pago para estacionar e muitas pessoas são atropeladas no bairro. Diz que no plano fala da higienização dos veículos. “No Campeche além da pouca higienização dos ônibus e que no inverno podem ser mais um fator favorável as infecções vias respiratórias e gripes, ainda tem o agravante de pararem em pontos onde há um ressalto entre o asfalto e a calçada e muitas pessoas já caíram e se machucaram. Segundo ele o conselho tem poder de pedir juridicamente um levantamento e a questão ética dos conselhos profissionais de cada área. Pelo que sabe tem que ter uma supervisão técnica, um responsável técnico sobre aquele trabalhador, porque a partir do momento que ele se responsabilizou, se alguém se acidentar pode ser responsabilidade do responsável técnico e não é da Prefeitura. Disse que já teve greve em 2002 na saúde onde foi chamado técnicos para furar greve e foi chamado o responsável técnico (RT) para dizer que ele seria responsável e na mesma hora ele dispensou todos. “eticamente todos os profissionais da área técnica tem um conselho que pode agir nessa situação. Temos que agir nesse ponto, além de ver a legalidade de bloquear judicialmente o projeto”..

5.14. Marcos Cesar Pinar

Diz que vai ver se o que está proposto está de acordo com o que Janaina Conceição Deitos e Douglas mencionaram na reunião. A proposta é que se faça uma resolução para que o voluntário não atue no setor saúde e áreas afins com base na Lei Municipal.

5.15. Denise³³

“Como não se limita só aos servidores públicos, deixar claro nessa resolução que o conselho se coloca contra outras formas de voluntariado que acaba tirando o que é dever do Estado”.

5.16. Marcos Cesar Pinar

Diz que tem que tomar cuidado, porque pode ter voluntário que vai fazer serviço que não é de profissional do serviço público.

5.17. Denise

Afirma que é para vedar o serviço voluntário onde é dever do Estado, não para se posicionar contra voluntários de um modo geral.

5.18. Marcos Cesar Pinar

Diz que a proposta discutida é fazer uma resolução para que o serviço voluntário não substitua a atuação dos servidores públicos na saúde e em áreas afins e que não substitua o serviço que é dever/responsabilidade do Estado ou do município.

5.19. Francisco Teixeira Nobre

Diz que o conselho não tem que interferir se alguém quer fazer voluntariado ou não, apenas como a conselheira Janaina Conceição Deitos afirmou, se enquadrar na lei municipal, referida por ela, aí é nosso papel como controle social, só nesse aspecto.

5.20. Janaina Conceição Deitos.

Diz que entende o que as meninas querem dizer. “Uma coisa é a legislação que proíbe o voluntário no espaço público. Outra coisa é o aspecto político-ideológico, aonde vai se sucateando o serviço para dizer agora nós vamos nos valer do voluntariado e das organizações sociais, da parceria público privada, porque tem a Lei de Responsabilidade Fiscal e a crise. Não tem como impedir alguém de se inscrever como

³³ Residente

voluntário, o que o conselho pode indicar, é que não aceita a substituição de prestação de serviço em saúde sob qualquer forma seja voluntariado ou organização social”.

5.21. Marcos Cesar Pinar

Coloca em votação e é aprovado por unanimidade a deliberação de aprovar a resolução de que o conselho municipal de saúde rejeita que os voluntários atuem na área saúde substituindo responsabilidades do Estado e do Município, a resolução será elaborada em colaboração entre os representantes dos residentes e a conselheira Janaina Conceição Deitos.

5.22. Pâmela Barreto Correa

Tem uma dúvida em relação ao outro documento que tem a ver com o posicionamento político do conselho se é construído conjuntamente com a adaptação do documento apresentado na reunião.

5.23. Janaina Conceição Deitos

Diz que o documento é a resolução que será depois publicada em Diário Oficial.

6. Apresentação do tema: Água, preservação e sustentabilidade.

6.1. Gerusa Machado

Afirma que foi transferido para a próxima plenária ordinária do CMS.

7. Informes Gerais

7.1. Gerusa Machado

A secretaria executiva convoca a reunião dos conselhos locais de saúde no dia 06 de abril com o tema Rumos da Saúde em Florianópolis, às 14 horas, na sala 217, do CSE, na próxima sexta feira. Esta atividade se encaixa na Semana Nacional de Saúde, que é convocada pelo Conselho Nacional de Saúde com atividades promovidas em todo o país de 02 a 08 de abril, com o tema contra o congelamento dos gastos públicos na saúde. Por conta desta semana também será realizado um seminário sobre Os rumos da saúde em Florianópolis, no próximo dia 17 de abril, às 18h30m no auditório do CSE, aberto a toda a comunidade para discutir com os conselheiros. A ideia foi discutida na reunião da bancada popular do Conselho de Saúde que propôs essas atividades para se somar na Semana Nacional e aprofundar os debates dos conselheiros com seus representados sobre a saúde. “Dias 04 e 05 de abril teremos uma reunião em Brasília que é uma plenária de conselheiros de todo o país, a XXI. Gostaríamos de ver se algum conselheiro pode nos representar neste encontro em Brasília e se a entidade pode custear as despesas. Pois não temos recurso disponível para isso”.

7.2. Marcos Cesar Pinar

Diz que o encaminhamento proposto é de que se alguma entidade do conselho tiver disposição de bancar o custo comunica a secretaria executiva do conselho para participar. **Deliberação:** aprovado por unanimidade.

7.3. Gerusa Machado

Diz que o orçamento para o CMS para esse ano foi cortado na LDO, e ficou só R\$ 2.000,00 de caixa pequeno. Lembra que em 2019 haverá a X Conferencia Municipal de Saúde e será preciso mais recursos para as atividades do Conselho.

7.4. Francisco Teixeira Nobre

Pergunta sobre como ficaram a composição das comissões.

7.5. Marcos Cesar Pinar

Diz que na Comissão de Finanças atualmente temos a Vanessa, Edson, Ulmar, Albertina, Wanderley, Darcy e o Nobre que pediu está aprovado oficialmente para compor conforme entendimento da plenária.

7.6. Janaina Conceição Deitos

Diz que tem duas questões. Uma é relembrar que ter inaugurado o Centro de Saúde do Campeche foi uma luta muito importante, como será o Pantanal e o Canto da Lagoa. Ressalta porém, que sempre que há reivindicações relacionadas com obras, o gestor argumenta que se encontra no Limite prudencial da LRF e que por isso não podem gastar. Por isso quer registrar em ata que a obra da nova unidade do Campeche

teve início em 06 de março de 2014, sendo paralisado em 30 de agosto de 2016. O valor do contrato era de R\$ 1.189.870,68. Foram pagos a empresa R\$ 915.907,00, ou seja, mais de 90% do valor do contrato. A obra poderia estar concluída ao final de 2016, mas ficou paralisada, e agora está sendo inaugurada com um acréscimo de R\$ 896.712,91 e, portanto, a obra custou aos cofres públicos R\$ 1.812.600,00. “Nós construímos duas unidades do Campeche porque o gestor de plantão da época foi irresponsável. O dinheiro público está indo pra o ralo e quem é responsabilizado pelo dinheiro público indo pelo ralo? Quando se fala em reposição da inflação para os trabalhadores, que não é aumento, primeiro a gritar que não tem dinheiro é o gestor municipal que acusa os servidores de ganhar muito, mas colocar mais de R\$ 1.000.000 (um milhão), no lixo por incompetência ninguém discute, ninguém assume. Por isso tem que ficar bem registrado em ata. A mesma coisa vai acontecer no Canto da Lagoa, no Pantanal, e se você somar vão ser R\$ 4.000.000,00 e se for atrás de outras obras vai ser nesse mesmo ritmo. Às vezes a gente se esmaga para não reivindicar porque não tem dinheiro, está em crise, porque a pressão é extremamente grande. Mas está aqui, foi colocado R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) fora e até onde eu sei não foi feito nada para recuperar. O Campeche é uma vitória que nós conquistamos. Uma vitória da Flávia, que estava no conselho, que batalhou; vitória do seu Anilton do Conselho Local de Saúde, da comunidade do Campeche que se mobilizou. Mas, está aqui, nós botamos R\$ 1.000.000 no ralo e ninguém vai ser responsabilizado por esse R\$ 1.000.000 e, certamente, o Tribunal de Contas não vai fazer nada em relação a essa questão. É importante fazer esse registro em relação ao Centro de Saúde do Campeche e espero que possamos fazer o levantamento para todas as unidades de saúde, como o Pantanal, daqui para frente, para sabermos o quanto estamos gastando, e publicar na página do Conselho seria excelente, para todos vejam o que é o desperdício do dinheiro público, porque senão fica parecendo que só quem gasta são os trabalhadores e os usuários, que sempre querem mais. A gestão é ótima está sempre economizando e os trabalhadores e usuários que estão gastando”. Em seguida, a conselheira passa a fazer a leitura de um ofício que elaborou como sugestão para encaminhar ao Prefeito e ao Secretário Municipal de Saúde para a resolução da questão dos Recursos Humanos (RH), com reivindicações de contratação por concurso público. Refere que o Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária de número 149, recebeu o pleito de cinco conselhos locais de saúde (Canasvieiras, Jurere, Córrego Grande, Pantanal, Saco dos Limões Ratoes) e da comunidade de Capoeiras, de reposição de funcionários nestas unidades de saúde, considerando que estes pedidos são recorrentes nas reuniões do conselho, que o último concurso foi em 2012, que há uma recomendação da Câmara Técnica do Conselho, apresentada na reunião, de aprofundar o debate de RH, que a reposição solicitada não se trata de novas despesas, solicita uma discussão em audiência sobre a reposição de pessoal em toda a rede de saúde com o Secretário e o Prefeito, uma planilha detalhada desde 2014 até o momento dos servidores que se aposentaram que estão de licença e que foram exoneradas, contendo o nome, o cargo, data do ato administrativo e a lotação, e uma planilha do mesmo período com o nome, o cargo, a data e a lotação dos servidores que foram contratados nesse período e a previsão de concurso público para substituição dos efetivos que se aposentaram ou pediram exoneração e a previsão de processo seletivo para substituir profissionais que estão em licença. Solicita que seja encaminhada uma semana antes, uma reunião da Câmara Técnica para analisar e trazer para a reunião do pleno as informações.

7.7. Marcos Cesar Pinar

coloca em votação o texto que será posteriormente melhorado, o qual é aprovado por unanimidade. Lembra a respeito do posto de saúde do Campeche, que houve um esforço do Secretário João Cândido. “Tinha uma parte da comunidade que era contra e teve que se reunir com a Secretaria do Patrimônio da União, com a presença da Dra. Isolda, e realizada uma audiência pública na comunidade a votação foi de 162 a 08 favorável a construção do Posto do Campeche em uma parte do Campo Antoine de Saint Exupery. A gente tem que relembrar essa parte da história. A Gerusa e eu estávamos lá acompanhando este movimento. Importante resgatar esses fatos, pois isto foi construído com muito esforço e participação popular”.

7.8. Daiane Teixeira de Souza³⁴

diz que o Centro de Saúde da Trindade está com os mesmos problemas, de RH e gostaria que fosse incluído no ofício.

³⁴ Conselheira Local de Saúde, CLS Trindade

7.9. Carmen Mary de Souza Souto

Convida para a palestra sobre a fraternidade e a superação da violência com o padre Wilson Groh, um juiz de Joinville e a Cláudia que é responsável pelo grupo dos vizinhos (CONSEG).

7.10. Valter Euclides Chagas

Registra que em relação ao posto do Campeche, ele acompanhou o Plano Diretor e, ele não era contra o posto, mas aquele local não era adequado, porque queriam o local como Parque Público. Tinha áreas específicas, mas membros da prefeitura colocaram na cabeça que seria ali. “Nós não somos contra, o local que era inadequado”.

7.11. Marcos Cesar Pinar

Lê a convocação da reunião extraordinária (150ª.) a se realizar no dia 03 de abril de 2017, no auditório da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), com a pauta de Programação Anual de Saúde 2018 e 2009 e apresentação da proposta orçamentária para 2019 e informes gerais. Posto em votação, a convocação extraordinária foi aprovado por unanimidade dos conselheiros.

7.12. Gerusa Machado

Apresenta como pontos de pauta para a próxima reunião ordinária de abril os temas: Relatório Anual de Gestão (RAG), Informes gerais dos conselhos locais, Situação de Recursos Humanos e Água, preservação e sustentabilidade, os quais obtém concordância do plenário.

7.13. Pâmela Barreto Correa

Informa sobre as atividades do Fórum de Políticas Públicas, do qual faz parte. Foi enviado um ofício solicitando uma pauta neste Conselho em relação a uma denúncia produzida pelo Fórum ao Ministério Público sobre alguns benefícios assistenciais que estão sendo reduzidos ou tirados dos usuários, munícipes de Florianópolis. Deseja saber se o conselho foi consultado em relação às denúncias que foram encaminhadas pelo MP.

7.14. Gerusa Machado

Responde o e-mail solicitando a pauta foi recebido pela secretaria executiva, porém houve uma confusão em relação entre este pedido e o da pauta do voluntariado. Como a pauta era solicitada pelo mesmo grupo de residentes, houve uma confusão. Mas que pode ser pautado numa próxima reunião talvez em maio.

7.15. Pâmela Barreto Correa

Essa denúncia foi produzida pelo Fórum relacionando cortes de benefícios na saúde e na assistência social e que eles foram listados e enviados por meio de dois ofícios ao Ministério Público para duas promotorias e até então só foi obtida resposta da Promotoria da Saúde, e as respostas foram genéricas, dizendo que foi consultada a gestão e seriam resolvidas em breve. Das 10 demandas feitas ao Ministério Público oito foram indeferidas dizendo que foi consultada a gestão, queremos saber se esse MP também consulta o espaço do controle social, o conselho, por isso solicitou a pauta.

7.16. Gerusa Machado

Disse que recebeu convite e o João Paulo tinha comparecido na reunião do Fórum.

7.17. Pâmela Barreto Correa

Disse que na reunião que tirou o encaminhamento, o João Paulo não estava presente.

7.18. Marcos Cesar Pinar

Diz que “vamos tentar encaixar na reunião de maio”.

7.19. Márcio José Pereira Souza

Diz que Joaquim já apresentou elementos históricos da luta pela construção do posto de saúde do Alto Ribeirão e diz ser importante que o conselho faça esse registro dessa trajetória, sempre que possível. É preciso uma vigilância assídua para que a construção do posto anunciada pelo Secretário em reuniões do conselho seja alcançada. Ressalta o histórico de luta pela construção do posto de saúde da Trindade que foi uma conquista do Orçamento Participativo, assim como o da Agrônômica. “Sem luta social, luta política, sem ela, não há nenhuma possibilidade de acréscimo de conquista”. O voluntariado tem grandes apelos ideológicos, vem para a saúde agora, está na educação, é um modelo ideológico e político que está se

gestando em Florianópolis. Daqui a pouco a educação começa a contratar profissionais por Organizações Não Governamentais (ONGs), também, por Associação de Pais e Professores (APPs), como já tem no estado do Paraná. “Daqui a pouco gente vira todo mundo, a era das irmãzinhas e dos padrezinhos carinhosos, é isso que estamos voltando, com todo o respeito eu falei”.

7.20. Wallace Fernando Cordeiro

Comunica que os servidores da saúde estão há mais de dois anos negociando com o Estado. Haverá provável greve a partir do dia 04 no serviço público estadual de saúde. Houve uma redução de 12 mil para 9 mil 358 servidores públicos nos últimos anos, que os servidores estão sem data base desde 2006 e enfrentam o sucateamento da rede pública estadual de saúde, com falta até de esparadrapos, sendo necessário utilizar fraudas para fazer curativos nos pacientes. Na última assembleia dos trabalhadores, pela primeira vez, ele não presenciou falas contra a greve. A saúde pública em Santa Catarina está virando um negócio.

7.21. Joaquim Aurino Aguiar

Convoca a todos para a Segunda Conferência Municipal de Saneamento Básico de Florianópolis, para avaliar os quatro anos anteriores e planejar os próximos quatro anos e as datas estão na página da Secretaria de Infraestrutura do município.

7.22. Marcos Cesar Pinar

Lembra que a Conferência será de 22 de março a 7 de junho. A primeira etapa foi no dia 22 de março na ALESC e as próximas etapas serão no auditório do Sindicato dos Engenheiros (SENGE/SC).

8. Sugestão de Pontos de Pauta para a próxima Reunião de nº. 150, de 03 abril de 2018.

8.1. Marcos Cesar Pinar

Sugere que a pauta seja apenas: 1) Apresentação da Programação Anual em Saúde 2019 e Orçamento 2019; e 2) Informes Gerais.

Considerações Finais

Os temas: RAG, Situação de Recursos Humanos e Água, preservação e sustentabilidade apresentado por Gerusa foram aprovados. Presidente, encerra a sessão, às 17h00min, agradecendo a presença de todos, sendo a presente ata redigida pela Secretaria Executiva e aprovada na 152ª Sessão Plenária, de 12 de junho de 2018.

Anexos

Anexo I

Programação Anual de Saúde 2018

Anexo II

Programação Anual de Saúde 2019

Anexo III

Carta de repúdio do coletivo catarinense de representantes em saúde ao Projeto “Somar Floripa”

Glossário de Siglas e Abreviaturas

ALESC, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

APP, Associação de Pais e Professores

CAOF, Comissão de Acompanhamento de Orçamento e Finanças do Conselho Municipal de Saúde

CAPS, Centro de Atendimento Psico Social

CERES, Centro de Referência de Saúde do Trabalhador

CLS, Conselho Local de Saúde

CMF, Câmara Municipal de Florianópolis

CMS, Conselho Municipal de Saúde

CS, Centro de Saúde

CT, Câmara Técnica do Conselho Municipal de Saúde

DAS/SMS, Diretoria de Atenção da Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis

DIA/SMS, Departamento de Integração Assistencial da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis

LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA, Lei Orçamentária Anual

MS, Ministério da Saúde

ONGs, Organizações Não Governamentais

PAS, Programação Anual de Saúde

PMF, Prefeitura Municipal de Florianópolis,

PNAB, Política Nacional de Atenção Básica

RAG, Relatório Anual de Gestão

SENGE/SC, Sindicato dos Engenheiros de Santa Catarina

SINTRASEM, Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis

SMS, Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis

UDESC, Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina

UPA, Unidade de Pronto Atendimento

VISA, Vigilância em Saúde